

## PROJETO DE LEI N° , DE 2020

SF/20352.69758-62

Inclui § 1º-A ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para prever a prorrogação automática de prazos para provas, exames e demais atividade para acesso ao ensino superior em caso de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional ou de comprometimento do regular funcionamento das instituições de ensino do país.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Esta lei inclui § 1º-A ao art. 44º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a seguinte redação:

“Art. 44. ....

.....  
§ 1º-A Em casos de reconhecimento de estado de calamidade pelo Congresso Nacional, a partir de solicitação do Poder Executivo, ou eventos que comprometam o regular funcionamento das instituições de ensino do país, haverá prorrogação automática das provas, exames e demais atividades de seleção para acesso ao ensino superior até que estejam concluídos os respectivos anos letivos nas instituições de ensino público e privado.

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta inclui na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) dispositivo que garante a prorrogação automática a partir do reconhecimento de estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional, por solicitação do Poder Executivo (a exemplo do Decreto-Legislativo-DL nº 6, de 20 de março de 2020, em decorrência da pandemia internacional ocasionada pelo coronavírus COVID-19) para as provas, exames e demais atividades de seleção para acesso ao ensino superior até que estejam concluídos os respectivos anos letivos nas instituições de ensino público e privado.

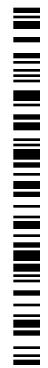
A Mensagem nº 93/2020, enviada ao Legislativo pelo Poder Executivo, que deu origem ao DL 6/2020, afirma que a pandemia provoca “os impactos que transcendem a saúde pública” e que a série de medidas tomadas “envolvem, por exemplo, reduzir interações sociais, manter trabalhadores em casa e fechar temporariamente estabelecimentos comerciais e industriais”.

Muito embora não tenham sido referenciadas na aludida Mensagem do Poder Executivo, a educação pública e as instituições de ensino, públicas e privadas, do ensino básico ao superior, e por consequência todo o corpo de docentes e de alunos, tiveram suas atividades descontinuadas.

Como agravante, no último dia 31 de março de 2020, o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira publicou no Diário Oficial da União o Edital nº 27/2020, com diretrizes, procedimentos e prazos para a realização do ENEM 2020 digital – Exame Nacional do Ensino Médio para 2020.

O cronograma constante do Edital prevê inscrições para o período de 11 a 22 de maio de 2020 e aplicação das provas em domingos sucessivos dos dias 1º (no edital consta o dia “11”, mas deve ter ocorrido erro material) e 8 de novembro de 2020.

Ao nosso ver, a realização do ENEM 2020 digital confronta irremediavelmente a igualdade de oportunidades e concorrência entre os candidatos, principalmente se voltarmos nossas atenções às condições operacionais tão díspares entre alunos das instituições de ensino da rede pública em relação às oferecidas pela iniciativa privada. Isto se torna evidente quando, por exemplo, já são observadas a disponibilização de aulas de ensino à distância



SF/20352.69758-62

por escolas particulares, enquanto ainda sequer vislumbramos tal realidade nas escolas públicas.

Diante todo o exposto, solicitamos a urgente tramitação do presente projeto, dado que o Edital se encontra publicado e vigente, com efeitos que poderão interferir em muito no futuro de todos os candidatos de ensino médio ao acesso do ensino superior.

Sala das Sessões,

**Senadora DANIELLA RIBEIRO**  
**Progressistas-PB**



SF/20352.69758-62